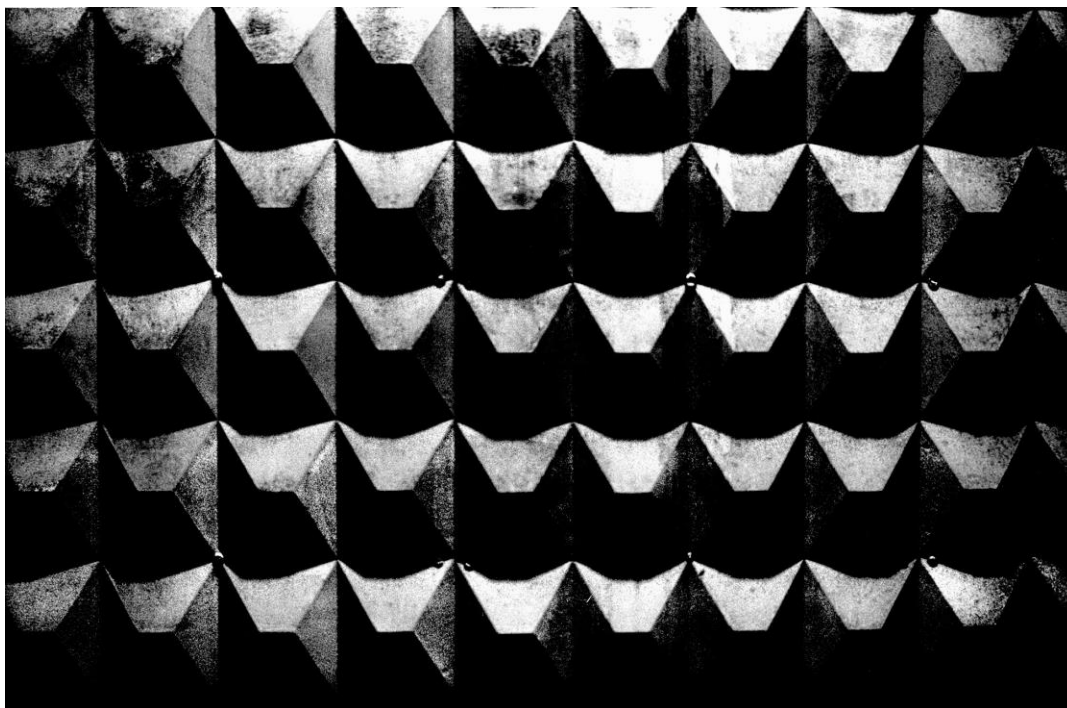


Publicado em ***O Estado de S. Paulo***
[Caderno *Aliás*, *Um outro olhar*],
Domingo, 6 de setembro de 2015, p. E5.

Liberdades uspianas

● ● ● *José de Souza Martins**



J. S. Martins (2002)

O tiro pelas costas num estudante do curso noturno de Letras, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, nesta semana passada, numa tentativa de assalto, revela muito mais do que a notícia sumária de sua ocorrência pode sugerir. Por trás dessa violência descabida, há uma trama de mistérios, o dos nossos medos, o de nossa relutância entre o anseio de liberdade e o medo da liberdade.

A insegurança tomou conta dos *campi* de várias outras universidades brasileiras. No campus do Butantã, outras mortes tem ocorrido, estupros tem acontecido, roubos e assaltos são frequentes, traficantes vendem drogas como se estivessem na feira-livre, vendendo tomates e alfaces. É um equívoco reduzir essas

ocorrências a mera questão policial, como se as cidades universitárias fossem um bairro a mais do município.

A criminalidade, nas cidades universitárias, decorre da violação daquilo que é próprio dos recintos e territórios acadêmicos. As universidades originaram-se em territórios sagrados, de algum modo, ligadas ao culto, junto a conventos, mosteiros e mesquitas. Por isso, territórios invioláveis. Com a secularização, o fundamento dessa peculiaridade passou a ser o do resguardo da produção e difusão do saber, um meio termo entre a laicidade absoluta e a sacralidade absoluta.

A produção e a difusão do conhecimento tem que ser resguardadas, protegidas, apoiadas e defendidas. O que é próprio desse mundo peculiaríssimo se estende aos seus agentes, professores, alunos e funcionários e aos visitantes desses recintos únicos. É inútil defender a qualquer preço tudo que se quer fazer, próprio do que é externo a esse âmbito, se esse exercício amplo da liberdade transforma o território sagrado da Universidade em território profanado do crime e da violência, que se torna propício ao perigo, ameaça o trabalho intelectual e, sobretudo, ameaça a vida das pessoas que a ele se dedicam.

O que aconteceu no campus do Butantã nos remete para esse cenário desalentador. A brutalidade de ocorrências como a desse crime induz ao inevitável: a contrapartida da polícia no campus. A resistência que estudantes e professores tem oferecido a essa presença, ainda que compreensível, tornou-se descabida e perigosa. No entanto, convém ter presente alguns fatores desse temor, com os quais a Universidade e a Polícia terão que lidar. Agora mesmo, o país se defronta com os indícios cada vez mais evidentes de envolvimento policial na chacina ocorrida há poucos dias em Osasco, muito perto da Cidade Universitária. Mesmo que 99% dos policiais sejam cumpridores das leis e respeitadores dos direitos humanos, se 1% deles se achar no direito de sobrepor-se à lei e aos valores da civilização, todo o conjunto da instituição policial será objeto de desconfiança e de medo. E se anulará.

É compreensível, portanto, o alarme de estudantes e professores quanto à presença da polícia no território da Universidade. Mas, as leis do país não preveem territórios isentos de enquadramento legal e institucional. A segurança das pessoas e das instalações públicas é responsabilidade das instituições para isso criadas. As Cidades Universitárias tornaram-se fictícios territórios livres, não para a liberdade

de pensamento, aí frequentemente ameaçada pelos que deveriam defendê-la, mas para a ação dos criminosos que dela se aproveitam. Essa liberdade mutilada e deformada apenas incrementa a insegurança e mais expõe os que deveriam ser protegidos e defendidos. Sabedor disso e da inocência cúmplice dos ingênuos, o crime tem se instalado nos recintos universitários, ameaçando a todos. Criminosos entendem que podem ali agir impunemente.

Não há alternativa a não ser a alternativa da lei. É claro, que essa pode ser a oportunidade para educar a polícia para padrões de civilidade que nessas questões não temos. Alunos, professores e funcionários poderão ter um papel privilegiado nessa educação e na formação de quadros especializados em segurança universitária. O fundamental não é o quem nem o como, mas a segurança e a paz de espírito dos que estudam e trabalham nos recintos universitários, a certeza de que estão protegidos. Nem a polícia deve ser tratada como inimiga da comunidade acadêmica nem a comunidade acadêmica deve ser tratada como inimiga da polícia, uma distorção ideológica remanescente da já distante ditadura. A polícia não é nem pode ser inimiga da sociedade. A reciprocidade do compromisso com o bem comum é que precisa prevalecer nesse encontro e nessa convivência.

Não é educativa a liberdade de ficção que se advoga para os *campi*. A liberdade, no seu verdadeiro sentido político, não é a objeção às instituições, mas a construção compartilhada da liberdade para todos e não só para alguns. É inútil o campo de concentração da liberdade fictícia, se o país inteiro vive no medo e na insegurança, exportando para dentro dos *campi* a violência já disseminada. Não haverá segurança no campus se o campus se tornar uma ilha da fantasia.

*José de Souza Martins é sociólogo. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, autor de *Linchamentos – A justiça popular no Brasil* (Contexto)